

---

## *Da margem: a mulher escritora e a história da literatura*

*From outside: women writer and the history of literature*

*Cecil Jeanine Albert Zinani\**  
*Natalia Borges Polessa\*\**

---

**Resumo:** O presente artigo pretende verificar as assimetrias que perpassam a trajetória da mulher escritora, o registro e a permanência de sua obra na história da literatura. No plano geral, discute-se: (a) o discurso patriarcal dominante e tolhedor, dentro da perspectiva dos estudos culturais de gênero e da teoria feminista; (b) a importância das pesquisas desenvolvidas nesta área; e (c) a produção da escritora porto-alegrense, Tânia Jamardo Faillace.

**Abstract:** This paper intent do verify the trajectory of the contemporary women writer, the marks and the permanence of their works in the history of literature. In general guidelines, the authors discuss: a) the patriarchal dominant and stunting discourse, into the cultural studies perspective and the feminist theory; b) the importance of researches developed in this field; and (c) Tânia Jamardo Faillace's work.

**Palavras-chave:** Relações de poder. Crítica feminista. Autoria feminina.

**Keywords:** Contemporary literature. Feminist critics. Feminine writing.

---

Este artigo busca, dentro de uma visão histórico-cultural, aproximar-se do entendimento da crítica feminista e de suas implicações no sistema literário brasileiro e sul-rio-grandense, bem como agregação ou exclusão de obras no cânone. Também, procura mostrar que literatura é, por vezes, uma provocação ao conhecimento das coisas e do mundo. A literatura carrega marcas do particular cultural de cada autor/a e das

---

\* Professora e pesquisadora no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da UCS. *E-mail:* cezinani@terra.com.br

\*\* Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela UCS. *E-mail:* nbpoless@hotmail.com

posições de sujeito com as quais ele ou ela se identifica e se relaciona. Nessa perspectiva, podemos pensar a literatura como um produto estético não determinado pelo meio nem feito para determiná-lo como algo específico, porém, carregado de marcas culturais que afetam os processos de formação, com suas peculiaridades e possibilidades, ou seja, o registro de uma construção das diferenças e das distintas formas de se lidar com as experiências do desenvolvimento social e cultural do indivíduo e da coletividade. Para esse entendimento, Lopes (2005) sugere que se desconstrua o discurso canônico, pois “a certeza fendida solicita o diálogo [...], descentraliza o poder e ilumina facetas do objeto que um único olhar não desvendaria. Sob essa luz, a literatura brasileira deve transparecer um pouco mais claramente”. (p. 19). Como consequência, a compreensão desses processos poderia propor uma diferente leitura do mundo, valorizando as produções culturais que figuram às margens da história da literatura.

É realmente necessário discutirmos a violência aplicada à subjetividade feminina numa sociedade de arranjos patriarcais. Portanto, um olhar a partir da margem é urgente. E o que seria essa margem? Nas relações de gênero, assimétricas e de dominação, o que não é masculino assume uma posição marginal.

No século XVIII, Mary Wollstonecraft (1792) fazia uma crítica ao poeta Hans Carvel que escreveu “*If weak women go astray, the stars are more in fault than they*”,<sup>1</sup> dizendo que mulheres fracas não são capazes de exercer a razão, o pensamento próprio, e vivem à deriva de sonhos. Wollstonecraft percebeu o insulto à intelectualidade feminina no poema de Carvel, e no livro *A vindication of the rights of woman*, ela discute o fato de que as mulheres são forçadas a uma passividade e caracterizadas como inocentes ou ingênuas quando o mérito é o intelecto. Podemos notar que a discussão é bastante longa e adversa, visto que ainda hoje é preciso quebrar preconceitos e retomar debates acerca do tema, para que se crie um espaço de diálogo simétrico.

Historicamente, o discurso dominante (androcêntrico) reforçou a ideia de inferioridade intelectual feminina e, nesse sentido, podemos dizer que “a figura da autora foi deformada [...] e para se chegar a ela é preciso ler através das ocultações que apontam conflitos sincrônicos entre as representações da mulher, as representações de sua desfiguração e sua afirmação pela escrita”, conforme Telles. (1992, p. 45-46). Isto é, além de fazer uma espécie de decodificação do texto, é preciso fazer emergir o

discurso que ali subjaz. Além disso, segundo Moi (1988), o principal objetivo de uma crítica feminista sempre foi político, simplesmente porque procura desvelar e não perpetuar práticas tomadas como naturais na sociedade. Logo, a crítica feminista está para, em princípio, revelar essa “desfiguração” e, depois, para, gradativamente, diminuir as lacunas culturais deixadas ao longo dos séculos na consolidação do percurso intelectual feminino. A crítica feminista e os estudos culturais de gênero trazem a possibilidade de observação do fenômeno de maneira mais atenta, iluminando as produções deixadas às escuras margens da dita Literatura – com L maiúsculo.

Porém, além de *observar* a margem, é também necessário *trazer o olhar desde a margem*. Dessa forma, criando um estranhamento às práticas naturalizadas, é possível reescrever “a” história da literatura e perceber que há sempre uma perspectiva diferente da que hoje existe e que já está tão desgastada. A pluralidade que o olhar da margem traz, permite a inclusão e a legitimação de escritores e escritoras que foram esquecidos ao longo da história. Esse calibrado olhar desde a margem proporciona um deslocamento completo do sujeito para com a visão de mundo, que, muitas vezes, é construída monoliticamente, e, assim, se inscreveu na história da sociedade, no pensamento dessa. Subverter esse modo de pensar tradicional é penetrar no território selvagem de que fala Showalter (1994), um campo de domínio masculino, onde o poder autoriza o próprio poder, criando um hermetismo sociocultural para o trânsito intelectual feminino. Então, subverter significa desvincular-se de alguns padrões e criar conceitos para uma crítica marginal, ou seja, preparar um aparato crítico que dê conta da análise textual de escritores e escritoras, sem se contaminar com o olhar dominante que se tinha até então, para, mais tarde, verificar as diferenças interiores dessa escrita.

Assim, a revisitação teórico-crítica de obras marginalizadas, as reinscreveria na trajetória da literatura, propondo a desuniversalização do ponto de vista masculino. E, através da compreensão de escritoras que produzem uma literatura particular, construída pelo seu ato de escrever, num campo em que predominam valores tradicionais arraigados às práticas sociais e à sua cultura, poder-se-ia ter um enriquecimento do processo literário.

Contudo, a produção de estudos acadêmicos sobre gênero, ou estudos femininos dentro da literatura de pesquisa, é recente no Brasil, e, em termos de crítica literária independente, pode ser considerada

ainda um tanto incipiente, especialmente se levarmos em consideração o fator da alfabetização. De acordo com Galvão (2002), até as primeiras décadas do século XX, as taxas de analfabetismo chegavam a quase 70% da população, e os índices de escolarização eram muito baixos. Ora, a produção de cultura escrita e a produção acadêmica geradas algumas décadas atrás, certamente, não tinham o impacto que têm hoje. Ao contrário, essas produções poderiam ser acessadas, entendidas e discutidas apenas por uma elite letrada, em geral, dos grandes centros urbanos, que, muitas vezes, se identificava mais com o mote do poema de Carvel, citado no início do artigo, do que com a discussão que Mary Wollstonecraft (1995) gerou a partir dele. Portanto, muito da produção feminina escrita, tanto literária quanto crítica, política ou social pode ter-se perdido, especialmente pela não valorização desses trabalhos, afinal, o contexto da produção é uma sociedade patriarcal dominante que não considera a mulher como cidadã dotada de pensamentos, vontades e direitos, negando-lhe, também, uma identidade intelectual. Entendemos sociedade patriarcal como uma sociedade em que naturalmente os homens detêm o poder de decidir as verdades que sustentam o mundo. Lemaire, considera que

a história literária, da maneira como vem sendo escrita e ensinada até hoje na sociedade ocidental moderna, constitui um fenômeno estranho e anacrônico. Um fenômeno que pode ser comparado com aquele da genealogia nas sociedades patriarcais do passado: primeiro, a sucessão cronológica de guerreiros heróicos; o outro, a sucessão de escritores brilhantes. Em ambos os casos, as mulheres, mesmo que tenham lutado com heroísmo ou escrito brilhantemente, foram eliminadas ou apresentadas como casos excepcionais, mostrando que, em assuntos de homem, não há espaço para mulheres “normais”. (1994, p. 58).

Sendo assim, por muito tempo, a literatura feminina foi uma literatura de margem, ou seja, esteve à parte das grandes obras canônicas, salvo algumas exceções. Conforme considera Pinto (2003), embora no fim do século XIX, já houvesse indícios de um movimento sufragista no Brasil, foi mesmo no século XX, com o processo de urbanização, que ele ganhou expressão. Logo, precisamos lembrar que apenas uma pequena elite tinha acesso à língua escrita no País e que essa elite era composta, em sua maioria, pelo gênero masculino, portanto, tanto a figura da leitora quanto a da autora foram restringidas ou totalmente excluídas.

Muito embora as relações entre os gêneros sejam díspares, e os estudos sobre essas relações sejam baseados no contraste das representações simbólicas, culturalmente relativas, de masculinidades e feminilidades, ou de classes, ou ainda étnicas, é também possível estudar a representação de cada gênero por si, situado historicamente num espaço construído, como o da literatura. Através dos estudos culturais de gênero, é possível estabelecer algumas hipóteses relevantes, especialmente, se considerarmos a desuniversalização dos pontos de vista canônicos. Sabemos que a construção da identidade e, no caso, de uma identidade cultural, é marcada pela diferença e envolve certa negação. Isto é, ser mulher é não ser homem. Mas a constituição da identidade tem caráter relacional e, por isso, sempre há um ponto de convergência: somos todos humanos. Os fatores se entrelaçam sem que possamos delimitar uma margem. Contudo, não se pode negar a influência dessa divisão na construção das sociedades e de seus reflexos no campo intelectual, bem como na linguagem e na cultura, proporcionando leituras hierárquicas que são aceitas como verdades.

Vejamos o caso da literatura feminina no Rio Grande do Sul. Como aponta Zilberman (1992), o Rio Grande do Sul não era um ambiente propício para a produção cultural literária. A afirmação parece um tanto forte, porém, à parte qualquer determinismo, devemos levar em consideração que os modos de pensar, agir e sentir de um povo são o seu próprio *ethos*. Ademais, conforme Guilhermino Cesar (1957), até a segunda metade do século XIX, a educação não tinha serventia para quem precisava saber lutar, afinal, o Rio Grande, no período de conflitos, pós-Revolução Farroupilha, precisava de homens de guerra, de trabalhadores e não de letrados romanescos. Porém, havia sim, no estado, uma tradição de literatura oral, de trovas e quadras, e, no decorrer da formação do processo literário no estado, as mulheres desempenhavam papéis de suma importância, tendo em vista que as primeiras publicações do estado foram de mulheres; a saber, Maria Clemência da Silveira Sampaio com *Versos heróicos* (1823) e Delfina Benigna da Cunha com *Poesias oferecidas às senhoras riograndenses* (1834). Porém, a inscrição dessa trajetória na historiografia literária do Rio Grande do Sul, de cuja escrita participaram nomes como Guilhermino Cesar e João Pinto da Silva, em geral, não aponta à importância das mulheres nessa construção cultural. As autoras recebem apenas atenção cronológica e análises tendenciosas, quando não alguns insultos. Por exemplo, Guilhermino Cesar em sua obra *História da literatura do Rio Grande do Sul* (1957), dedica sete

páginas para falar de Delfina. Infelizmente, o que se lê é uma série de afirmações preconceituosas, como quando o autor a acusa de ter aquele “oportunismo lamuriento e pegajoso dos cegos” (p. 96) e, mais adiante, quando a reduz a uma humilde “poetiza de ocasião” que, no cômputo de defeitos e qualidades, fica com saldo favorável e, portanto, deve ser admirada com “ternura e compaixão”. (p. 102).<sup>2</sup> Entender esses processos de dominação como violência simbólica, conforme Bourdieu (2010), pode ajudar a identificar construções históricas e seus mecanismos de exclusão. É importante esclarecer que, entre as mulheres, a repetição do padrão de dominação também acontece, pois se pode diferenciar mulheres brancas de negras, de situação econômica mais ou menos confortável, letradas e iletradas, e os modos de dominação acontecem também nesses padrões.

Por volta de 1950, quando Guilhermino Cesar começa a trabalhar na sua *História da literatura no Rio Grande do Sul*, o estado já registrava em revistas e periódicos como *O Guaíba*, *Arcádia*, a *Revista Mensal* e o *Partenon Literário*, entre outros, aproximadamente, cem anos de fortuna crítica sobre seus autores. Ou seja, já havia um projeto literário estruturado e em andamento no Rio Grande do Sul, de forma que a literatura produzida era lida, reconhecida e legitimada culturalmente. Havia autores, circulação de obras e leitores para mover a literatura no estado. E, é claro, havia um aparelho de crítica literária. Porém, nas historiografias consagradas, do cancionero à prosa contemporânea urbana, nomes femininos apareceram sem destaque, mesmo que esses nomes devessem ter ressoado com menção mais aprofundada na *História da Literatura do Rio Grande do Sul*. Da forma como essas e outras mulheres foram tratadas, acentua-se a crença de um desinteresse por parte delas pelo exercício intelectual e se cria uma falsa tradição de miséria intelectual feminina, à qual as mulheres foram confinadas. Por muito tempo, essa ignorância forçada manteve-se sob o singelo nome de inocência, podendo ser sistematicamente utilizada como desculpa para desvalorizar, com certa censura jocosa, tanto o pensamento feminino, quanto as produções artísticas femininas, ou mesmo qualquer outra produção marginal. Mais de um século depois das pioneiras em publicação, mesmo Tânia Jamardo Faillace, ao submeter seu primeiro romance, *Fuga* (1964), à apreciação de uma editora, recebeu a negativa de publicação e a justificativa de que sua prosa seria deveras subjetiva, sendo assim, não se prestaria à publicação. Apenas dois anos mais tarde, quando seus escritos chegaram às mãos de Lara de Lemos e, conseqüentemente, às de Erico Verissimo,

é que seu livro foi publicado. Isso ilustra com clareza alguns dos mecanismos de legitimação, com os quais se constrói a instituição cânone literário.

O que acontece é que ignoradas por tanto tempo ou recebendo um papel secundário no plano cultural, firmou-se a ideia de que as mulheres não tinham produções intelectuais ou literárias de qualidade. O que não condiz com o verdadeiro substrato literário encontrado nas obras produzidas por mulheres, ainda no século XIX, no Rio Grande do Sul. Vide Rita Barém de Melo e sua *Lira dos quinze anos* (1855) e *Sorrisos e prantos* (1868); Amália Figueroa com *Crepúsculos* (1872), Clarinda Siqueira com sua obra póstuma *Poesias* (1881), Julieta de Mello Monteiro com *Prelúdios* (1882), Revocata Heloísa de Mello e suas *Folhas errantes* (1882), Maria Benedita Bormann com *Aurélia* (1883) e *Uma vítima* (1884), *Doas irmãs* (1884) e *Madalena* (1884); e, mais adiante, no século XX, Lara de Lemos, que publicou 12 livros de 1957 a 2006, Tânia Jamardo Faillace, estudada neste artigo. E agora as mais próximas ao cânone: Lya Luft com 14 livros desde 1964 até hoje e Martha Medeiros que, desde 1985, vem publicando seus escritos.

Então, se as mulheres, de fato, vêm desempenhando papéis de suma importância no decorrer do processo de formação da literatura sul-rio-grandense, por que elas não têm toda a visibilidade que merecem? Quais são esses engenhos tão ocultos e viciosos que não permitem a sua inserção? Além disso, a qualidade das obras publicadas também serve para desmistificar a questão da centralização cultural do País, pois dizer que a mulher teve a memória cultural silenciada na literatura gaúcha é como criar uma margem na própria margem, visto que o Rio Grande do Sul não era (e ainda não é) eixo cultural dentro do Brasil. Então, todas as práticas literárias, os mecanismos de legitimação e a construção de parâmetros críticos que sustentam as historiografias não podem ser desvinculados da discussão de centro e margem nem da questão de gênero, e os estudos culturais trazem a possibilidade de compreender essas reflexões.

Virginia Woolf, em *A room of one's own* (1929), discutia o valor de se ter um quarto para estar só e ali poder trabalhar, exercer a literatura. Surge, então, a dúvida: quanto da memória cultural feminina foi silenciado no Rio Grande do Sul, nos anos 50, 60, 70 (séc. XX), ontem? Será que basta ter um teto todo seu quando a casa está em território de outro? É esse espaço que se busca retomar, um terreno que não seja margem, que

seja próprio e que proponha também o deslocamento do que é tido como referência. Hoje as mulheres não estão mais excluídas da cena literária (têm um teto seu), portanto, apenas o rótulo da diferença de gênero não constitui uma justificativa *per se* para a questão da autoria feminina, mas faz representar os processos criados e sofridos até então, afinal, esse tópico não constitui um reducionismo biológico, mas um tema de complexidade cultural, social e política.

Em 1964-1965, aos 25 anos, Tânia Jamardo Faillace publica seus primeiros romances, *Fuga* (1964) e *Adão e Eva* (1965). A autora aparece na literatura, no fim do período que é chamado, por Duarte (2003), de “Terceira Onda do Feminismo”, para produzir seus contos no cerne do debate quanto à sexualidade e ao gênero e a novos modos de vida. Contudo, em que pese a situação político-social brasileira, no início dos anos 60 (séc. XX), época em que o Brasil inteiro sofria com o golpe militar, a ditadura e a subsequente censura, a autora participou de um grupo de autores, em que figuravam Josué Guimarães, Moacyr Scliar, Carlos Stein, Ruy Carlos Osterman, Lara de Lemos, entre outros e “então eles lançam a coletânea *Nove do Sul* (1962) e inauguram modos de divulgação mais associados ao jornalismo, que lhes permitirão, nos anos 70, sua afirmação junto ao público leitor”. (ZILBERMAN, 1985, p. 17). Dentro desse contexto, cabe ressaltar que a escritora compunha o corpo jornalístico do jornal *Zero Hora*, ou seja, era uma pessoa pública ativa. Na apresentação da coletânea *Nove do Sul* (1962), há um manifesto sobre o silêncio. “Vinte anos de silêncio separam os novos da velha geração. [...] Vinte anos durou a fase, onde ir para o Rio era descobrir a América e, pelo menos, tentar uma nova vida.” (p. 5). Um tempo difícil com editoras de portas fechadas o qual impulsionou um despertar para os escritores gaúchos, que, por algum tempo, editaram seus próprios textos. É com esse grupo que Faillace aparece na literatura.

Para entendermos melhor a importância dessa associação, Piacentini (1991) ressalta que a grande maioria dos escritores são antes jornalistas, publicitários, professores, médicos, pesquisadores, funcionários públicos, entre outros. Isso mostra como devia haver conciliações entre inúmeras tarefas, para que o escritor, simplesmente, pudesse escrever. Parece irônico, mas se para os homens esse ofício demandava sacrifícios, para as mulheres, que ainda tinham que organizar em suas agendas atividades de dona de casa e/ou de mãe, a tarefa sobrepesava. Pois, nessa época, apesar do golpe militar, o processo de urbanização e a modernização das cidades somados

ao crescente número de pessoas alfabetizadas, especialmente entre as mulheres, à abertura de mais escolas, ao direito ao voto e ao advento da pílula anticoncepcional, trazem uma nova configuração sociocultural geral, para a qual, a mulher precisaria se adaptar um pouco mais.

Então, a interpretação e a análise de obras literárias, contendo possíveis representações dessas vivências femininas por volta dos anos 70 (séc. XX), para os estudos literários, pode constituir documento com poder para questionamento do cânone literário e também para autorização de reconhecimento e divulgação das obras até então marginalizadas, transformando totalmente a história da literatura e a memória cultural feminina. É claro que o resgate histórico ou a análise estática não é finalidade da literatura, mas com esses trabalhos, poderão ser ampliadas as vistas do que se entende hoje por literatura e sua prática.

Por exemplo, podemos observar que, contemporâneo de Faillace, e com prosa muito similar no que tange ao intimismo e à narrativa curta e psicológica, Caio Fernando Abreu estaria em justaposição com a autora na literatura. Porém, Tânia não é tão veementemente tratada quanto o autor, em compêndios de literatura, historiografias, nos cursos de literatura em universidades e, fundamentalmente, em circulação entre o público leitor. Não se questiona a competência e a genialidade do patrimônio cultural de Caio Fernando, mas se questionam os mecanismos de legitimação e parâmetros críticos que sustentam a formação do projeto literário do Rio Grande do Sul. Pois não é apenas de uma autora, especificamente de Tânia Faillace, que aqui se fala, mas de tantos outros esquecimentos e silêncios marginais de que é feita a nossa história da literatura.

Em depoimento, a propósito de introdução em seu livro *Tradição, família e outras estória* (1978), Tânia ressalta: “Escrevi histórias. Uma forma de ruminar experiências; fazê-las durar, evoluir, sentir seu sabor mais profundamente.” (p. 5). A produção de contos de Tânia Jamardo Faillace compõe mesmo um álbum de fotografias que retrata, na década de 70 do séc. passado, o íntimo do ser humano e seus desencontros causados pela assimetria social em diversos âmbitos: político, social, cultural e de gênero. No mesmo introito, a autora diz: “O problema é que existo eu e os outros. [...]. Uma separação que se torna abismo nas sociedades de exploradores e explorados.” (p. 5). Tânia tem gana de querer entender essa assimetria que se enraizou na sociedade, e sua prosa trata desses assuntos de maneira ferina. Questões se desdobram em suas

histórias, e os sabores que ela diz querer sentir mais profundamente, por vezes, amargam uma realidade árdua, aquela que se vive diariamente, na pele. Mais adiante, ela diz:

Não é a fome a base do pessimismo de nossos 10 mil anos de “civilização”. Mas eu ter fome, e tu, não. Ou tu teres frio, e eu, não. Tu mandares sempre, e eu sempre obedecer. Tu seres sujeito, eu ser objeto. E esse mecanismo estranho em que a felicidade de alguns só se faz à custa da desgraça de muitos. (FAILLACE, 1978, p. 5).

Em sua prosa, ela se interroga sobre os papéis sociais castradores e estanques, fazendo com que o leitor desperte para, também, se interrogar sobre processos culturais, sobre a hipocrisia do falso moralismo que assola a humanidade. Todo escritor é também um ator social, e sua responsabilidade, de acordo com a autora, é dialogar com o *outro*. Em especial, chamamos a atenção para a mulher da sua ficção, que, situada nas décadas de 60 e 70 do século recém-findo, começa a repensar a sua própria identidade como ser humano. Isto é, começa a repensar e, talvez, a reconstruir ou redefinir o seu lugar, saindo das margens, para figurar no seio da vida social, mesmo que invisível.

O lugar de Tânia Faillace – tomada aqui simbolicamente por tantas outras autoras marginalmente inscritas na história da literatura do Rio Grande do Sul e, por que não dizer, na história mundial da literatura – está reduzido a um pequeno bastião de importância escassa, quando, numa análise despida de engenhos venenosos, poderia constituir também um centro referencial na produção literária e no seu sistema. É por isso que a reflexão constante acerca de eventos históricos e de todos os demais processos de construção cultural de uma sociedade é de suma importância para o entendimento dos modelos de legitimação que seguimos ou apenas aceitamos hoje. A autora comenta em entrevista: “Meu feminismo é mais ou menos espontâneo, original. Eu sempre achei que a mulher era o primeiro sexo e o homem, o segundo. Quando eu descobri que o mundo externo era tudo muito ao contrário, fiquei bastante surpresa.” (FAILLACE, 1988, p. 8). Pode ser brincadeira, ironia ou verdade, o fato é que Tânia Jamardo Faillace, hoje, não tratada em cursos de Letras, não amplamente lida na academia e sem grande circulação entre o público leitor tem um trabalho original e extremamente bem construído e não deve continuar arrastando essas negações que a atiram ao anonimato.

Para não estender as lacunas que o esquecimento traz consigo, é necessário dar força aos estudos de gênero e trazer à luz nomes de escritoras, como o de Tânia Jamardo Faillace, que hoje não são mais que vultos na história da literatura brasileira. Para sedimentar uma nova história que compreenda um número maior e mais diverso de obras, arejando representações de tempos intransitáveis, isto é, que recupere os hiatos na história e na literatura, esse precisa ser um dos objetivos de pesquisas nessa área. Não se pode falar em subverter o discurso vigente se não houver uma mudança contundente no tecido social, por isso, é importante criar alguns nós metafóricos para que causem desconforto e, assim, novos enredos, novas configurações de mundo. Esses nós podem representar as lutas, os conflitos, as necessidades postas que, a princípio, causam desconforto para quem quer manter a ordem, mas que, pouco a pouco, vão se configurando em outras maneiras de pensar e criar as novas configurações de mundo. E dessa forma, evitamos reduzir relações humanas intrincadas a improdutivos discursos que tentam ser afirmativos e/ou reivindicatórios de uma posição de dominação e não de harmonia. Se a teoria feminista surge para desestabilizar a realidade, o que precisamos é fugir das cômodas polarizações. Ainda, segundo Bourdieu (1994), para romper com as divisões arbitrárias da ordem social, é preciso tomar a sociedade como objeto, ao invés de se deixar tomar por ela, mas também é preciso dar voz a quem não tem, recusando as essências filosoficamente atribuídas que definem posições de sujeito estanques. Pois é sempre quem tem o monopólio do poder que define, julga e classifica os que não o detêm. Sempre haverá dominadores e dominados, mas esses sempre podem se eximir desses papéis. Dessa forma, é possível vislumbrar uma nova visão de mundo e ultrapassar os limites categóricos impostos à sociedade. Afinal, não é preciso ser Dalila para subtrair a força do *outro*; podemos escolher Atena e lidar com as intempéries de forma mais sábia.

## Notas

---

<sup>1</sup> *Tradução: Se mulheres fracas ficam a deriva, a culpa é mais das estrelas do que delas.*

Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1957. p. 96-102.

<sup>2</sup> Para maior esclarecimento, sugiro a leitura das páginas na íntegra: CESAR,

## Referências

---

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Lição sobre a lição*. São Paulo: Ática, 1994.
- CADEMARTORI, Ligia. Mulheres que escrevem. *Correio Brasiliense*, 16 dez. 2001. Pensar, p. 6-7.
- CAMPOS, Maria da Cunha. Gênero. In: JOBIM, José Luís (Org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1990. p. 111-125.
- CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1957.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, 2003.
- FAILLACE, Tânia Jamardo. *Tradição, família e outras histórias*. São Paulo: Ática, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O 35º ano de Inês*. Porto Alegre: Corag, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Vida e obra; literatura sul-riograndense; literatura brasileira*. Porto Alegre: IEL, 1988. (Coleção Autores Gaúchos).
- FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-250.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- GALVÃO, M. O. Oralidade, memória e a mediação do outro: práticas de letramento entre sujeitos com baixos níveis de escolarização: o caso do cordel (1930-1950). *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, dez. 2002.
- LEMAIRE, Ria. Repensando a história literária. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 58-71.
- LOPES, Cícero Galeno. *Literatura e poder: a contribuição da literatura de dissidência*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.
- MOI, Toril. *Sex, gender and the body: the student edition of what is a woman?* Norfolk: Oxford University Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Sexual/textual politics: feminist literary theory*. London: Methuen & Co. Ltd., 1988.
- MOREIRA, Maria Eunice. *Os versos (quase) desconhecidos de Maria Clemência da Silveira Sampaio*. Letras de Hoje, RS, 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/652/475>>. Acesso em: 23 out. 2010.
- PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- PIACENTINI, Tânia Maria. *Literatura: o universo brasileiro por trás dos livros*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.
- PINTO, Celi. *Regina Jardim: uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SHOWALTER, Elaine. A crítica feminina no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa B. de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-57.
- TELLES, Norma. Autora+a. In: JOBIM, Luiz (Org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 45-63.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *New edition of A vindication of the rights of woman*. Cambridge: JM Dent, 1995.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

ZILBERMAN, Regina. *Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. *História da literatura: questões contemporâneas*. Caxias do Sul: Educus, 2010.